

# SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>19</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>PARTE 1 • CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>25</b>
1.1. Arbitragem como instrumento facultativo e de plena realização do devido processo legal .....	29
1.2. Arbitragem e a lei nº 9.307/1996.....	31
1.3. Controle judicial da sentença arbitral nacional.....	32
1.4. Tema a ser desenvolvido e suas limitações.....	35
1.4.1. Não se objetiva analisar detidamente os casos de “nulidade” previstos no art. 32 da Lei nº 9.307/1996 .....	35
1.4.2. Não se objetiva tratar do controle judicial das sentenças arbitrais estrangeiras.....	35
1.4.3. Não se objetiva realizar um estudo de direito comparado.....	36
1.5. Justificativa da escolha e da importância do tema.....	37
<b>PARTE 2 • NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL .....</b>	<b>39</b>
2.1. Critério para a definição da nacionalidade da sentença arbitral.....	39
2.1.1. Adoção do “critério territorialista” (ou “geográfico”) pela Lei nº 9.307/1996.....	39
2.1.2. Significado de “proferimento” ou “prolação” da sentença.....	40
2.1.3. Inaplicabilidade do critério da “sede da arbitragem”.....	41
2.1.4. Sobre a definição da nacionalidade da sentença arbitral mediante a adoção de um conceito puramente jurídico de “proferimento” .....	44
2.2. Escolha do local em que será proferida a sentença arbitral.....	45
2.2.1. Omissão da convenção quanto ao “local em que será proferida a sentença arbitral” .....	45
2.2.2. Postura do árbitro diante de eventual indefinição das partes quanto ao local em que será proferida a sentença .....	46
2.3. Dificuldades na identificação da nacionalidade da sentença proferida ....	48
2.3.1. Definição da nacionalidade de sentença que é proferida a partir de locais (países) diversos.....	48

2.3.2. Definição da nacionalidade nos casos em que a sentença é objeto de “embargos de declaração” ou de recurso interno eventualmente pactuado .....	49
2.4. Possibilidade de se convencionar o afastamento do “critério territorialista” .....	52
2.5. Defeitos da sentença na indicação do local em que proferida.....	54
2.5.1. Caso em que a sentença arbitral não menciona o local em que é proferida .....	55
2.5.1.1. Possibilidade de suprimento da omissão pelos árbitros..	55
2.5.1.2. Possibilidade de suprimento da omissão pelo Judiciário	56
2.5.1.3. Outro possível tratamento a ser dado para a questão pelo Judiciário .....	57
2.5.2. Caso em que a sentença indica local diverso daquele em que foi efetivamente proferida ou nacionalidade distinta da que se definiu na convenção .....	58
2.5.3. Caso em que o local indicado na sentença é aquele em que ela foi realmente proferida, mas não se trata do local em que (segundo a convenção) a deliberação deveria ter sido realizada .....	61
2.5.4. Caso em que o local em que a sentença é proferida não é nela indicado nem corresponde ao local em que deveria ter sido proferida .....	63
2.5.5. Caso em que a decisão de recurso/“embargos de declaração arbitrais” apresenta falha na indicação do local em que proferida.....	64

**PARTE 3 • ENCERRAMENTO DO PROCESSO ARBITRAL, CONTROLE INTERNO DA SENTENÇA E “COISA JULGADA” ARBITRAL..... 65**

3.1. Encerramento da arbitragem .....	65
3.2. Intimação da sentença arbitral e das decisões dos “embargos de declaração” e eventuais recursos internos.....	68
3.2.1. Sobre a necessidade de intimação dos advogados das partes.....	68
3.2.2. Sobre a necessidade de intimação de representantes não-advogados e assessores das partes .....	69
3.2.3. Possibilidade de as partes alterarem as regras de intimação.....	70
3.2.4. Defeitos irrelevantes no ato de intimação .....	71
3.2.5. Forma como as intimações devem ser feitas.....	71
3.3. Pedido de esclarecimento, suprimento e correção da sentença arbitral (“embargos de declaração arbitrais”).....	73
3.3.1. Possibilidade de as partes definirem o procedimento dos “embargos de declaração” .....	73

3.3.2. Necessidade de comunicar a “parte embargada” da oposição dos “embargos de declaração” .....	76
3.3.3. Possibilidade de instaurar contraditório em relação aos “embargos de declaração” .....	77
3.3.4. Prazo para a decisão dos “embargos de declaração” .....	78
3.3.5. Desnecessidade de prévia oposição dos “embargos de declaração” para a impugnação judicial da sentença arbitral .....	81
3.4. Recursos internos ao processo arbitral .....	85
3.4.1. Limites a serem observados na criação de recursos internos pelas partes.....	86
3.4.2. Procedimento dos recursos internos convencionados .....	88
3.4.3. Interposição de recurso interno e preclusão .....	88
3.5. “Coisa julgada arbitral”.....	89
3.5.1. Função da coisa julgada (material) nos processos judiciais.....	91
3.5.2. Função da “coisa julgada arbitral” .....	92
3.5.3. Conceito e efeitos da “coisa julgada arbitral” .....	93
3.5.4. Impossibilidade de o Judiciário se imiscuir no mérito da arbitragem também antes da formação da “coisa julgada arbitral” .....	94
3.5.4.1. Efeitos positivo e negativo da convenção de arbitragem	94
3.5.4.2. Litispendência.....	96
3.5.5. A “coisa julgada arbitral” não impede a reabertura da arbitragem por acordo entre árbitros e partes .....	96
3.5.6. Possibilidade de as partes disporem a respeito da solução arbitral mesmo após a formação da “coisa julgada”.....	98

#### **PARTE 4 • LIMITES AO CONTROLE JUDICIAL DA ARBITRAGEM E DA SENTENÇA ARBITRAL .....**

<b>4.1. Momento e conteúdo do controle judicial da arbitragem.....</b>	<b>105</b>
4.1.1. Momento adequado para o controle judicial da regularidade do processo e sentença arbitrais .....	106
4.1.1.1. Motivo para a Lei ter deixado o controle judicial da arbitragem para depois da prolação da sentença .....	107
4.1.1.2. Situações em que cabe o controle judicial da arbitragem antes da prolação da sentença .....	108
4.1.1.2.1. Terceiros perante a arbitragem.....	108
4.1.1.2.2. Controle no âmbito do procedimento de execução específica da cláusula vazia.....	110

4.1.1.2.3.	Ajuizamento de ação judicial versando sobre causa que, em tese, é de competência dos árbitros .....	115
4.1.1.2.4.	Medidas anti-arbitrais.....	121
4.1.1.2.5.	Medidas de apoio solicitadas pelos árbitros ao Judiciário.....	128
4.1.1.2.6.	Excepcional controle judicial de atos praticados no curso da arbitragem.....	129
4.1.2.	A relação de irregularidades do art. 32 da Lei nº 9.307 e sua taxatividade .....	130
4.1.2.1.	Ressalvas e esclarecimentos sobre a conclusão de que o rol do art. 32 é taxativo .....	132
4.1.2.1.1.	As matérias dos arts. 475-L ou 741 do Código de Processo Civil .....	133
4.1.2.1.2.	Necessidade de interpretar o art. 32 de modo razoavelmente aberto.....	133
4.1.2.1.3.	Excepcional possibilidade de controle judicial relacionado ao mérito da sentença arbitral .....	138
4.1.2.1.4.	A possibilidade de direta instauração de novo processo em casos de inexistência total da arbitragem ou de ineficácia jurídica da sentença arbitral .....	143
4.1.2.1.5.	Anulação da sentença arbitral a pedido de terceiro juridicamente prejudicado ou do Ministério Público .....	143
4.1.2.1.6.	Súmulas vinculantes e o controle judicial da sentença arbitral.....	144
4.2.	Importância da correta qualificação das irregularidades relacionadas no art. 32.....	146
4.3.	Aplicabilidade às sentenças arbitrais dos conceitos e princípios que dominam a disciplina jurídica dos vícios das sentenças judiciais .....	147
4.4.	Classificação dos vícios relacionados no art. 32 E a disciplina jurídica das sentenças arbitrais viciadas.....	149
4.4.1.	Sentenças arbitrais nulas.....	150
4.4.1.1.	Princípios que regem a disciplina das sentenças arbitrais nulas .....	152
4.4.1.2.	Descabimento da diferenciação das nulidades da sentença arbitral em absolutas e relativas .....	152
4.4.1.3.	Esclarecimento de ordem terminológica e o regime jurídico das sentenças nulas.....	154

4.4.2.	Sentenças arbitrais inexistentes .....	157
4.4.2.1.	Sentenças juridicamente inexistentes .....	162
4.4.2.2.	Sentenças materialmente inexistentes.....	168
4.4.2.3.	O regime jurídico das sentenças inexistentes.....	169
4.4.3.	Sentenças juridicamente ineficazes .....	175
4.4.3.1.	Considerações gerais sobre a “ineficácia jurídica” das sentenças judiciais .....	175
4.4.3.2.	Ineficácia jurídica da sentença arbitral.....	180
4.4.3.3.	Situação em que a sentença arbitral é favorável ao terceiro que deveria ter sido parte do processo arbitral .....	183
4.4.3.4.	Sentença arbitral proferida em processo do qual não participou litisconsorte necessário.....	184
4.4.3.5.	Existência e eficácia jurídica da sentença arbitral em outros casos de ofensa aos direitos de contraditório e ampla defesa.....	188
4.4.3.6.	Regime jurídico da sentença juridicamente ineficaz.....	189
4.4.4.	Sentenças arbitrais inquinadas de irregularidades ou defeitos materiais relevantes, mas que não afetam a sua existência, eficácia jurídica ou validade .....	191
4.4.5.	Síntese sobre a classificação dos vícios da sentença arbitral .....	194
<b>PARTE 5 • SUPRIMENTO, CONVALIDAÇÃO E RELEVAÇÃO DE DEFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL .....</b>		<b>197</b>
5.1.	A prévia instauração do procedimento do caput do art. 20 da lei de arbitragem como condição para o controle judicial da sentença arbitral.....	197
5.1.1.	Consequência da falta de manifestação da parte interessada na forma do art. 20 da Lei de Arbitragem.....	198
5.1.1.1.	Os casos de suspeição de árbitro .....	199
5.1.1.2.	Os casos de impedimento de árbitro .....	200
5.1.1.2.1.	A confiança das partes nos árbitros não prevalece sobre o devido processo legal	209
5.1.1.2.2.	Os casos de impedimento dos incisos I e III do art. 134 do Código de Processo Civil....	212
5.1.1.3.	As demais matérias do art. 20 da Lei nº 9.307.....	214
5.1.2.	Resultado da apreciação da exceção ou objeção pelos árbitros....	217
5.2.	(Im)possibilidade de preclusão em relação a outros defeitos processuais, além daqueles referidos no art. 20 .....	218

<b>PARTE 6 • COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR A EXECUÇÃO E AS MEDIDAS JUDICIAIS DE CONTROLE DA SENTENÇA ARBITRAL.....</b>	<b>221</b>
6.1. Modo de execução da sentença arbitral nacional .....	221
6.1.1. Execução de sentenças arbitrais condenatórias ao pagamento de quantia .....	222
6.1.2. Execução de sentenças condenatórias em obrigação de fazer ou não fazer ou em obrigação de entregar coisa .....	225
6.1.2.1. Possível competência dos árbitros para atos de coerção indireta que não envolvam direitos indisponíveis e/ou não-patrimoniais.....	227
6.1.2.2. Diferença entre as medidas coercitivas arbitrais e cláusula penal.....	231
6.1.2.3. Atribuição de poder aos árbitros para que pratiquem atos coercitivos sem o afastamento do modelo executivo do art. 621 ou do art. 632 do Código de Processo Civil.....	232
6.1.2.4. Conciliação entre atos executivos arbitrais e judiciais .....	235
6.1.2.5. Nota sobre a competência para a concessão e efetivação de medidas urgentes .....	239
6.2. Momento para a execução da sentença arbitral nacional.....	240
6.2.1. Possibilidade, em tese, de executar provisoriamente a sentença arbitral .....	240
6.2.2. Impossibilidade de executar a sentença antes de decorrido o prazo fixado pelos árbitros para o seu cumprimento	242
6.3. Competência para a execução das sentenças arbitrais .....	244
6.3.1. Caso de sentença arbitral condenatória no pagamento de quantia ou em obrigação de fazer ou não fazer ou entrega de coisa, quando as partes não pactuaram a aplicação do “modelo executivo” dos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil.....	244
6.3.1.1. Tese da competência do local da sede da arbitragem.....	244
6.3.1.2. Descabimento da tese da competência do local da sede	245
6.3.1.3. A competência é do foro do lugar em que a causa haveria de tramitar se não houvesse convenção de arbitragem.....	247
6.3.1.4. Possibilidade de eleger foro diverso para a execução.....	251
6.3.1.5. Conexão entre a execução e a ação destinada ao controle da sentença arbitral .....	253
6.3.1.6. Síntese do item .....	258

6.3.2.	Caso de sentença arbitral condenatória em obrigação de fazer ou não fazer ou em obrigação de entregar coisa, quando as partes pactuaram a aplicação do “modelo processual” dos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil.....	258
6.3.2.1.	Inaplicabilidade do entendimento segundo o qual o árbitro pode recorrer ao foro mais conveniente para a realização prática de sentenças arbitrais.....	259
6.3.2.2.	Possibilidade de as partes elegerem foro diverso .....	262
6.3.2.3.	Competência para executar multas aplicadas por árbitros ou indenização em que a obrigação específica houver sido convertida .....	263
6.4.	A competência para processar a execução da sentença arbitral determina a competência para a via de oposição do executado .....	263
6.5.	Competência para a ação anulatória do § 1º do art. 33 Da lei nº 9.307 E outras medidas de controle da sentença arbitral nacional .....	265
6.6.	Incompetência dos juizados especiais e da justiça do trabalho para a execução e processamento de medidas de impugnação da sentença arbitral.....	267

## **PARTE 7 • CONTROLE DA SENTENÇA ARBITRAL NACIONAL SEGUNDO A**

<b>LEI Nº 9.307/1996.....</b>	<b>269</b>
7.1. Ação anulatória.....	271
7.1.1. Objeto e natureza da ação anulatória .....	271
7.1.2. Possibilidade de cumular (em caráter sucessivo eventual) pedido de novo julgamento da causa (pelo Judiciário) ao pedido de anulação .....	273
7.1.2.1. Os efeitos da decisão do “pedido rescisório” se produzem apenas depois de transitada em julgado a decisão do “pedido rescindendo” .....	273
7.1.2.2. Pedido de novo julgamento nos casos em que a retomada da arbitragem é inviável .....	275
7.1.2.3. Pedido de novo julgamento nos casos em que a retomada da arbitragem é em tese viável.....	277
7.1.2.4. Necessidade de realização de contraditório sobre o pedido de novo julgamento da causa .....	278
7.1.2.5. Necessidade de cumprimento dos requisitos do art. 292 do Código de Processo Civil para a cumulação ...	283

7.1.2.6.	Ausência de vedação legal a que seja feita a cumulação.	284
7.1.2.7.	Admitir a cumulação não equivale a admitir o controle do mérito da sentença arbitral.....	286
7.1.3.	Possibilidade de formular pedido de novo julgamento da causa autonomamente, por ação própria, antes do trânsito em julgado da decisão de anulação da sentença arbitral	287
7.1.4.	Limites objetivos da demanda de anulação .....	288
7.1.5.	Sobre eventuais falhas na intitulação da ação e na especificação da providência jurisdicional pretendida .....	291
7.1.6.	Prazo para ajuizamento .....	293
7.1.6.1.	Natureza do prazo .....	293
7.1.6.2.	Inalterabilidade e possibilidade de interrupção do prazo	297
7.1.6.3.	Prazos autônomos para as partes .....	300
7.1.6.4.	Momento em que o prazo do § 1º do art. 33 começa a correr .....	300
7.1.6.5.	Início do prazo nos casos de oposição de “embargos de declaração” ou recurso interno intempestivos.....	303
7.1.6.6.	Regras sobre a contagem do prazo.....	306
7.1.7.	Legitimidade processual .....	308
7.1.7.1.	Legitimidade ativa.....	308
7.1.7.1.1.	Legitimidade das partes da arbitragem.....	308
7.1.7.1.2.	Legitimidade de sucessor da parte .....	311
7.1.7.1.3.	Terceiros intervenientes e ação de anulação ..	313
7.1.7.2.	Legitimidade passiva.....	324
7.1.7.3.	A situação dos árbitros e do órgão ou instituição arbitral...	328
7.1.8.	Interesse processual .....	333
7.1.8.1.	Sentença ainda sujeita a “embargos de declaração” ou recurso interno .....	335
7.1.8.2.	Sentença sujeita a recurso interno dotado de efeito suspensivo .....	339
7.1.8.3.	Sentença que já é objeto de execução judicial .....	340
7.1.9.	Procedimento a ser seguido .....	341
7.1.9.1.	Procedimento sumário .....	342
7.1.9.2.	Procedimento ordinário.....	343
7.1.9.3.	Descabimento do procedimento dos Juizados .....	344
7.1.10.	Medidas de urgência na ação anulatória.....	349
7.1.11.	Reconvênção e pedido contraposto no processo de anulação.....	356



7.1.12. Intervenção de terceiros no processo de anulação.....	359
7.1.13. Instrução probatória no processo de anulação .....	362
7.1.14. Aplicação subsidiária da disciplina da ação rescisória? .....	363
7.1.15. Efeitos do julgamento da ação anulatória .....	365
7.1.15.1. Acolhimento da ação de anulação nos casos do art. 33, § 2º, inciso I .....	367
7.1.15.2. Acolhimento da ação de anulação nos casos do art. 33, § 2º, inciso II.....	372
7.1.15.3. A causa deve ser devolvida aos árbitros por determinação judicial sempre que possível e necessário	374
7.1.15.4. Prazo para a prolação de nova sentença, no lugar da anulada .....	377
7.1.15.5. Controle judicial da sentença arbitral proferida no lugar da anulada .....	379
7.1.15.6. Impacto da anulação sobre a execução da sentença arbitral condenatória .....	380
7.1.15.7. Rejeição da ação de anulação .....	381
7.2. Ação declaratória de inexistência e ineficácia jurídica da sentença arbitral.....	382
7.2.1. Possibilidade de cumular pedido de julgamento da causa submetida aos árbitros ao pedido de declaração de inexistência ou ineficácia jurídica.....	384
7.2.2. Limites objetivos da ação declaratória .....	387
7.2.3. Legitimidade e interesse de agir .....	391
7.2.4. Momento do ajuizamento da ação declaratória .....	396
7.2.5. Procedimento da ação declaratória.....	401
7.2.6. Medidas urgentes na ação declaratória .....	403
7.2.7. Intervenção de terceiros no processo de declaração.....	404
7.2.8. Reconvenção e pedido contraposto .....	405
7.2.9. Instrução probatória no processo de declaração.....	405
7.2.10. Efeitos do julgamento da ação declaratória.....	406
7.2.10.1. Efeitos do acolhimento da ação declaratória .....	407
7.2.10.1.1. Acolhimento da ação declaratória nos casos do art. 33, § 2º, inciso II.....	407
7.2.10.1.2. Acolhimento da ação declaratória nos casos do art. 33, § 2º, inciso I.....	409
7.2.10.1.3. Solução para eventual recusa dos árbitros em proferir nova sentença .....	412

7.2.10.1.4. Prazo e limites para a prolação de nova sentença ou adequação da anteriormente proferida.....	412
7.2.10.1.5. Impacto da declaração da inexistência/ineficácia jurídica sobre a execução da sentença arbitral condenatória .	413
7.2.10.2. Efeitos da rejeição da ação declaratória .....	413
7.3. Ações destinadas a eliminar irregularidades ou defeitos materiais relevantes para a perfeita identificação da sentença .....	414
7.3.1. Falhas na indicação do local ou data de prolação da sentença .....	415
7.3.2. Falta de assinatura dos árbitros na sentença .....	416
7.3.3. Disciplina procedimental .....	417
7.4. Embargos do executado e impugnação ao cumprimento de sentença ...	421
7.4.1. Os embargos do executado como meio de impugnação da sentença arbitral nacional .....	422
7.4.2. A “impugnação” a que se referem os arts. 475-L e seguintes do Código como meio de controle da sentença arbitral nacional .....	423
7.4.3. Possibilidade de utilizar os embargos ou impugnação “de segunda fase” para impugnar a sentença arbitral?.....	424
7.4.4. Divergência quanto ao possível objeto dos embargos do executado (ou impugnação ao cumprimento de sentença).....	425
7.4.4.1. Corrente “ampliativa” .....	426
7.4.4.2. Corrente “restritiva”.....	427
7.4.4.3. Corrente “intermediária” (suas duas vertentes) .....	428
7.4.4.4. O entendimento adotado neste trabalho .....	430
7.4.5. Sobre o ajuizamento dos embargos do executado ou impugnação depois de já proposta outra demanda de controle da sentença arbitral.....	434
7.4.6. O controle da sentença arbitral com base nos arts. 475-L e 741 do Código de Processo Civil .....	439
7.4.6.1. Impugnação da sentença arbitral com base no art. 475-L, inciso I, ou 741, inciso I, do Código de Processo Civil .....	439
7.4.6.2. Impugnação da sentença arbitral com base no art. 475-L, § 1º, ou 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil.....	440
7.4.6.2.1. Tese ampliativa .....	441
7.4.6.2.2. Tese intermediária.....	442
7.4.6.2.3. Tese impeditiva .....	443

7.4.6.2.4. O entendimento adotado neste trabalho .....	446
7.4.6.3. Resultado do acolhimento dos embargos ou impugnação destinados ao controle da sentença arbitral .....	460
<b>PARTE 8 • OUTROS MEIOS PARA O CONTROLE JUDICIAL DA SENTENÇA ARBITRAL NACIONAL .....</b>	<b>461</b>
8.1. Oposição às execuções realizadas segundo o art. 461 ou 461-a .....	461
8.2. “Ações autônomas” posteriores ao decurso do prazo do § 1º do art. 33 Da lei nº 9.307 e ao momento para o manejo das vias típicas de defesa do executado .....	466
8.3. Objeção na execução (“exceção de pré-executividade”) .....	472
8.4. Descabimento de ação rescisória .....	478
8.5. Descabimento de mandado de segurança.....	485
8.5.1. A natureza jurídica da arbitragem.....	490
8.5.1.1. A jurisdição como função pública .....	490
8.5.1.2. Os árbitros não exercem função pública: a teoria da natureza parajurisdicional ou de equivalente jurisdicional .....	494
8.5.2. Descabimento de mandado de segurança contra atos arbitrais....	504
8.6. Descabimento de “pedido de suspensão” pelo poder público em face da sentença arbitral .....	506
8.7. Meio para o excepcional controle de mérito .....	509
8.8. Ação anulatória do terceiro juridicamente prejudicado e do ministério público.....	511
<b>PARTE 9 • SOBRE O CONTROLE DAS SENTENÇAS ARBITRAIS TERMINATIVAS, DAS SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS E DAS SENTENÇAS PARCIAIS .....</b>	<b>519</b>
9.1. Sentenças terminativas .....	519
9.1.1. Sentenças arbitrais terminativas inexistentes .....	521
9.1.2. Sentença arbitral terminativa imotivada .....	525
9.1.3. Comandos com repercussão substancial contidos na sentença terminativa .....	525
9.1.4. Erros materiais na sentença terminativa .....	527
9.2. Sentenças homologatórias.....	528
9.3. Sentenças parciais .....	534
9.3.1. Prazo para a prolação das sentenças parciais .....	537
9.3.2. Sentenças parciais de naturezas diversas.....	539
9.3.3. Controle judicial das sentenças arbitrais parciais nacionais .....	540

9.3.3.1. Momento para a impugnação de sentenças parciais.....	540
9.3.3.2. Efeitos do julgamento da medida judicial de impugnação da sentença parcial sobre outras sentenças parciais e sobre a arbitragem em curso.....	542
9.3.3.3. Sobre a possibilidade de concessão de medida urgente nos procedimentos de controle de sentenças parciais.....	546
9.3.4. Sentenças parciais de nacionalidades diversas .....	551
9.3.5. Controle das sentenças parciais não convenionadas pelas partes.....	556
<b>PARTE 10 • CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>559</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>563</b>